

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E TRANSFERÊNCIA DE VALOR NO CAPITALISMO DEPENDENTE¹

SUPEREXPLOITATION OF LABOR POWER AND VALUE TRANSFER IN DEPENDENT CAPITALISM

Pedro Henrique Evangelista Duarte²
Marisa Silva Amaral³

Resumo: Tomando como base as elaborações de Ruy Mauro Marini acerca das leis de tendência gerais que regem o capitalismo dependente latino-americano, sobretudo o elo entre as transferências internacionais de valor e a superexploração da força de trabalho como fundamento da dependência, o presente trabalho objetiva fazer uma primeira aproximação a algumas das muitas contribuições formuladas para analisar e comprovar os mecanismos de transferência de valor. Nossa argumentação é a de que tais debates reforçam os pontos elencados por Marini e, por isso, corroboram com as teses de que a transferência de valor é uma característica estrutural das economias dependentes. A partir disso, buscaremos tracejar alguns aspectos de sua relação com os mecanismos de superexploração.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; Transferência de valor; Superexploração da força de trabalho.

Abstract: *Based on the work of Ruy Mauro Marini regarding the general tendency laws governing Latin American dependent capitalism – particularly the link between international transfers of value and the superexploitation of labor power as a foundation of dependency – this paper aims to offer an initial approach to some of the many contributions formulated to analyze and demonstrate the mechanisms of value transfer. Our argument is that such debates reinforce the points raised by Marini and, therefore, support the thesis that value transfer is a structural feature of dependent economies. From this perspective, we seek to outline certain aspects of its relationship with the mechanisms of superexploitation.*

Keywords: *Dependent capitalism; Value transfer; Superexploitation of labor power.*

Eixo temático 1. Grande depressão, imperialismo, colonialismo e racismo.

¹ Esse artigo foi desenvolvido junto ao TRAMA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, América Latina e Marxismos, projeto financiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), instituição à qual os autores agradecem o apoio.

² Professor na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG). Contato: pheduarte@ufg.br

³ Professora no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Contato: marisaamaral@gmail.com

Introdução

Ao formular o debate proposto pela Teoria Marxista da Dependência (TMD), Ruy Mauro Marini elaborou a categoria que seria central em sua argumentação sobre a caracterização do capitalismo periférico e dependente, enquanto aspecto estrutural dessas formações sociais: a superexploração da força de trabalho. Formalmente, a categoria trata de situações que resultam na ampliação da produção do mais valor via pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. De acordo com o autor (MARINI, 2000), três seriam os mecanismos através dos quais seria possível ampliar a produção do mais valor. O primeiro seria o aumento da intensidade do trabalho, através do qual o trabalhador passa a produzir, em uma mesma jornada de trabalho, uma quantidade de mercadorias (e valores) superior ao que produzia nas condições anteriores. O segundo seria a prolongação da jornada de trabalho, de forma a alterar a proporção entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário – ou seja, amplia-se o período de produção dedicado à consecução de valor não apropriado pelo trabalhador. O terceiro se trata da apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador, com o que se reduz o fundo necessário para o trabalhador garantir sua subsistência, em favor da ampliação do fundo de acumulação do capital. Amaral (2012, p. 56) acrescenta um quarto mecanismo, não capturado por Marini em suas elaborações. A autora argumenta que, uma vez que o valor da força de trabalho é histórica e socialmente determinado e considerando-se que as necessidades humanas mudam com o desenvolvimento das forças produtivas, há uma tendência ao aumento do valor da força de trabalho sem uma correspondente elevação de salários, o que configura uma nova forma de superexploração.

Esses mecanismos alienariam do trabalhador as condições mínimas para garantir sua reprodução. No primeiro e no segundo casos, porque a ele é imposto um ritmo de trabalho superior ao normal, fazendo com que ocorra um maior dispêndio de energia que, conseqüentemente, intensifica seu processo de desgaste e esgotamento. No terceiro e no quarto casos, porque dele é retirado o mínimo necessário para acessar as mercadorias que garantem sua subsistência e reprodução nas condições históricas vigentes. Na medida em que esses mecanismos se baseiam no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, fundamenta-se um modo de produção estruturado na maior exploração do trabalhador, e não no aumento de sua capacidade produtiva, o que resulta no pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. É a isso que Marini chama de superexploração da força de trabalho (DUARTE, 2021, p. 138).

A formulação desta categoria ensejou uma das mais contundentes – e controversas – críticas que foram feitas à TMD e a Marini. Sugere-se que não haveria, a rigor, qualquer nível de diferenciação entre a superexploração e a categoria *exploração da força de trabalho* proposta por Marx (2013). Ou seja, a categoria elaborada por Marini poderia e deveria ser tratada apenas como a indicação de mecanismos de intensificação da exploração da força de trabalho, um superlativo da categoria de Marx.

Mas não apenas isso. Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015) indicaram que a categoria superexploração já havia sido anteriormente abordada por Marx em *O Capital*, não se tratando, então, de uma nova formulação, mas apenas de uma adequação frente à análise das especificidades do capitalismo periférico. A linha de argumentação dos autores defende a existência de duas teorias em Marx – uma da exploração e uma da superexploração – de modo que a primeira se restringe a situações de exploração que garantem o pagamento do valor da força de trabalho, ao passo que a segunda faz referência a situações em que o trabalhador não é exposto a condições de vida e trabalho de tal modo degradantes que suas condições de reprodução ficam afetadas. Pontuam os autores:

Aqui, no Capítulo VIII, ao apresentar o ponto de vista do trabalhador frente às indagações sobre o limite da jornada de trabalho, Marx começa a discutir também o limiar entre a exploração e a superexploração, o limiar entre a teoria da exploração e a teoria da superexploração. A reclamação do trabalhador ao capital – que nos Capítulos IV e V já se apresentavam na forma de pressupostos para a (teoria da) exploração – é retomada no Capítulo VIII, no sentido de que o trabalhador reclama força, saúde e vida, portanto, condições de reprodução normais, diariamente. Aqui, nessa primeira fala do trabalhador, surgem também os primeiros adjetivos que transformam a exploração em superexploração. Em sua fala, o trabalhador reclama ao capital – com base na lei das trocas de mercadorias – seu direito de evitar um dispêndio desarrazoado de sua força de trabalho, ou seja, um dispêndio para além do normal; da mesma forma, o trabalhador reclama ao capital seu direito a evitar um prolongamento desmesurado da jornada de trabalho que lhe possa comprometer sua substância vital de reprodução normal, sadia. (NASCIMENTO, DILLENBURG E SOBRAL, 2015, p. 113)

Indo além das reações que essa leitura de Marx ensejou – e com as quais a interpretação defendida neste artigo tem convergência⁴ – o próprio Marini trata de explicitar de maneira evidente em seu texto os elementos que nos permitem compreender

⁴ A defesa de uma teoria da superexploração em Marx foi tema de intenso debate, com críticas sendo pontuadas por Corrêa e Carcanholo (2016). A réplica do debate, por sua vez, pode ser vista em Nascimento, Dillenburg e Sobral (2016).

o ponto fulcral de sua argumentação, e o porquê da inadequação de tais críticas. Marini (2000) descreve que os mecanismos de superexploração da força de trabalho são implementados em decorrência da transferência de valor que se processa entre os países periféricos e os países centrais, tanto a partir de relações comerciais quanto de relações financeiras – frente aos desequilíbrios no balanço de pagamentos, pagamento de juros e dividendos, remessa de lucros e *royalties*, entre outros instrumentos. Tudo isso ocorreria pelos desdobramentos do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos de troca, dado que os países periféricos ocupariam uma posição na divisão internacional do trabalho que os limitaria à condição de fornecedores de *commodities* e outras mercadorias com baixa incorporação tecnológica, ao passo que caberia aos países centrais a produção de mercadorias de mais alta densidade tecnológica. Isso teria uma série de implicações no plano concreto: produção e troca de mercadorias com diferentes composições de valor, distintas dinâmicas de preços, restrição na capacidade de desenvolvimento e incorporação tecnológica, endividamento, dependência financeira e tecnológica. Todos esses elementos resultariam no processo de transferência de valor dos países periféricos aos países centrais, que, por sua vez, promoveria uma cisão no ciclo do capital nas economias dependentes, determinando que a apropriação e acumulação de valor criado nas periferias se dê nos centros capitalistas.

Essa análise se desdobra em dois aspectos importantes. O primeiro é o fato de que, dadas as condições mais gerais da divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento das economias periféricas é determinado pelas dinâmicas engendradas nas economias centrais, que concentram os principais elos do desenvolvimento capitalista mundial. Disso deriva o entendimento do que é dependência, relação de subordinação entre duas nações formalmente independentes e que resulta em uma situação que determina os limites e possibilidades do desenvolvimento capitalista (BAMBIRRA, 2012), de tal modo que as perspectivas de desenvolvimento dos países periféricos são condicionadas pelas dinâmicas dos países centrais. Nessa linha de entendimento, a dependência seria uma característica intrínseca dos países “subdesenvolvidos”, marcada pela existência de uma interdependência crescente entre as economias nacionais e o mercado internacional frente à hegemonia dos centros dominantes, que transformam esse desenvolvimento em acumulação de riqueza e poder em detrimento de amplas maiorias mundiais (SANTOS, 1978), mas que não se expressam apenas nas relações externas, senão também nas relações internas, que configuram uma estrutura socioeconômica cujo caráter e dinâmica

estão condicionados pela subjugação, exploração e dominação imperialistas (BAMBIRRA, 1978).

Essa é a razão que faria com que o capitalismo nos países periféricos fosse caracterizado por um conjunto de particularidades:

Frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que as vezes se dão como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. [...] O que seria necessário dizer é que, ainda quando realmente se trate de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas avançadas. É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplarmos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional (MARINI, 2000, p. 106).

Essas especificidades seriam ocasionadas exatamente pela cisão das fases do ciclo do capital nas economias dependentes, determinada pela transferência de valor – ou o que Luce (2018) chama de *transferência de valor como intercâmbio desigual*, que expressa a não identidade entre a magnitude do valor produzido e a do valor apropriado, e que assumiria quatro distintas formas: a deterioração dos termos de intercâmbio (que expressa a dependência comercial); o serviço da dívida ou remessa de juros (que expressa a dependência financeira); as remessas de lucros, *royalties* e dividendos (que expressam a dependência tecnológica); e a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólios (que expressam o intercâmbio de não-equivalentes). O argumento fundante é que, uma vez que o capital das nações periféricas é transferido via distintos mecanismos aos países centrais, ele não realiza seu ciclo de valorização nas economias onde ele é gerado, e é exatamente isso que provoca a dita cisão.

A cisão com a passagem à subsunção real do trabalho ao capital, segundo Marini, ocorreria em duas fases distintas. A primeira, chamada *cisão entre as esferas do mercado externo e do mercado interno*, se refere à modalidade específica que o capitalismo dependente assumiu no período de sua integração ao mercado mundial – iniciada no processo de colonização – enquanto fornecedor de matérias-primas, fator central no processo de transição da produção do mais valor absoluto ao mais valor relativo nos países centrais, considerando que a oferta mundial de matérias-primas e alimentos permitiu a estes a concentração de seus recursos na realização da Revolução Industrial e em seus desdobramentos. Essa cisão, então, se estabelece pela troca de mercadorias com

distintos níveis de incorporação de valor e igualmente diferentes dinâmicas de preços, levando em conta as tendências à redução dos preços dos bens primários à medida que amplia sua oferta, frente à maior estabilidade de preços de bens industriais, devido ao poder de mercado e de monopólio exercido pelos países centrais.

A segunda, chamada de *cisão entre a esfera baixa e a esfera alta de consumo*, decorreria do processo de industrialização dos países dependentes – que se inicia na primeira metade do século XX e se desenrola sob as características do capitalismo dependente, uma vez que tal processo é organizado para atender a uma estrutura de demanda já existente (anteriormente plenamente atendida por importações) e com um mercado consumidor relativamente restrito (dados os baixos níveis salariais e a elevada desigualdade de renda). Assim, são destinados aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial, com a utilização de tecnologias obsoletas e não mais utilizadas nos países centrais⁵, reservando aos centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente, o que resulta em uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho. O ponto relevante é que, ao não desenvolverem tecnologias próprias, os países dependentes vão buscar no exterior as tecnologias e recursos financeiros necessários à aceleração de seu crescimento, determinando novas bases de dependência – e novos canais de transferência de valor. É dessa maneira que a separação entre a esfera alta e a esfera baixa de consumo, com a organização da produção industrial para o atendimento das demandas de bens necessários e bens suntuários, promove nova cisão no ciclo do capital.

O ponto é que, tanto por uma quanto por outra via – e importa dizer que ambas não são excludentes, mas atuam juntas a partir do processo de industrialização – ocorre uma permanente transferência de valor dos países periféricos aos países centrais, impossibilitando que o capital produzido nos primeiros seja neles plenamente acumulado e reproduzido em escala ampliada, lançando a necessidade de imposição de mecanismos de reposição. Sobre isso, diz Marini (2000, pp. 120-122):

⁵ A despeito de sua produtividade relativamente mais baixa, são tecnologias capazes de promover, nos países dependentes, alterações na estrutura produtiva, dentre elas o incremento da mão de obra excedente (dada o incremento da composição orgânica do capital e a economia de força de trabalho), que, a sua vez, intensifica os processos de redução salarial e desigualdade de renda. Para Marini, esses mecanismos serão igualmente importantes na intensificação da superexploração da força de trabalho.

É assim como, por efeito de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribuem a fixar. [...] No segundo caso – transações entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. E que essa cessão ou transferência se acentue em favor daquele país que lhes vende mercadoria a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, mesmo se não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais alta.

E complementa:

Frente a esses mecanismos de transferência de valor, fundados seja na produtividade, seja no monopólio de produção, podemos identificar – sempre ao nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor intercambiado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isto permite neutralizá-lo total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado. Esse mecanismo de compensação pode ser verificado tanto no plano do intercâmbio de produtos similares como de produtos originários de diferentes esferas de produção. [...] O que importa observar é que, para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois elementos.

É dessa maneira que Marini articula a transferência de valor aos mecanismos da superexploração da força de trabalho, enquanto “par categorial”⁶ que caracteriza a estrutura social e produtiva dos países capitalistas periféricos e dependentes.

Tal argumentação também não ficou livre de críticas. Dentre as várias críticas centradas na articulação entre transferência de valor e superexploração da força de trabalho, ganhou destaque o debate realizado entre Marini e José Serra e Fernando

⁶ Amaral (2022, pp. 108-109) é quem utiliza a expressão “par categorial”, definindo-a nos seguintes termos: “A partir do nosso entendimento de que a superexploração, sob a ótica quantitativa, é a própria exploração da força de trabalho intensificada, a categoria perde sua significação se não for compreendida a partir do que chamaremos aqui de um par categorial, no sentido de que ela difere de sua categoria matriz justo porque só se manifesta em razão das transferências internacionais de valor que são estruturais na dinâmica de reprodução do capitalismo dependente”. E complementa: “Sendo assim, o par categorial ao qual nos referimos anteriormente pode ser expresso pela inter-relação indissolúvel que há entre transferência de valor e intensificação da exploração da força de trabalho, esta última apresentando-se através de qualquer dos seus mecanismos [...]”.

Henrique Cardoso. Após indicarem que a tendência à manutenção de um diferencial de salários em prejuízo dos trabalhadores da periferia já havia sido pontuada por Prebisch⁷, Serra e Cardoso (1979) argumentam que o erro central na análise de Marini consistia em supor que o aumento da produtividade na produção de bens manufaturados nos países centrais implicaria a redução da taxa de lucro na periferia, já que a importação destes produtos continuaria a ser feita pelo mesmo preço por unidade do produto industrializado. Assim, o que de fato ocorreria não seria um encarecimento absoluto dos bens industriais, mas a manutenção do seu preço de venda, apesar da queda do seu valor unitário, de tal modo que o centro enriquece e a periferia empobrece, não de maneira absoluta, mas sim relativa. No entanto, esse processo não afetaria a taxa de lucro na periferia nem induziria a qualquer inevitabilidade econômica da tendência à superexploração, tampouco em decorrência da transferência para os preços de exportação dos ganhos de produtividade gerados na periferia.

Em suma, argumentam os autores que quando o índice de relações de troca de um país periférico se deteriora por causa do intercâmbio desigual, isto não significa, tudo o mais constante, que a taxa de lucro desse país se reduz ou mesmo que está transferindo “rendas” para fora. A rigor, a baixa taxa de lucro ou a transferência de renda se dão através da deterioração dos termos do índice de relações de troca somente quando esta não é causada diretamente pelo intercâmbio desigual por si só, mas também por outras razões, como as dinâmicas da oferta e da demanda. Com isso, sendo descabida a ideia de que a taxa de lucro dos capitalistas da periferia se reduziria porque aumenta a produtividade do centro, seria também descabida a ideia de que só a superexploração do trabalhador e o aumento físico da produção salvariam os capitalistas da periferia da catástrofe que a dependência impõe (SERRA; CARDOSO, 1979, pp. 49-50).

Apesar destas distintas críticas – às quais, por sinal, o próprio Marini responde em seu *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)*, publicado originalmente em 1978⁸ –, Marini elaborou sua teoria articulando essas duas categorias na proposição de uma forma de interpretação do capitalismo periférico e dependente, enquanto elementos que se consolidariam como características estruturais destes países. Do ponto de vista analítico, a articulação dessas duas categorias – como

⁷ A argumentação de Prebisch sobre o tema pode ser encontrada no texto Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) (1969).

⁸ Apesar de muito rico e instigante, não é nosso objetivo descrever esse debate aqui. Para consulta ver, além dos textos de Marini (2000) e Serra e Cardoso (1979), Marini (2000a).

fica claro nas mais distintas críticas – é particularmente complexa, considerando seu elevado nível de abstração, e particularmente quando se tem em vista uma tentativa metodológica de mensuração dos diferentes mecanismos de superexploração da força de trabalho. Em outras palavras, é verdadeiramente intrincada a tarefa de demonstrar empiricamente que o aumento da jornada, a intensificação do trabalho ou a redução do fundo de consumo do trabalhador derivam diretamente dos mecanismos de transferência de valor e não de quaisquer outras dinâmicas do capitalismo dependente. Inclusive porque, como mecanismos de exploração típicos do modo de produção capitalista, não são exclusivos dos países periféricos e tendem a se acirrar nos países centrais, particularmente em contextos de crise como o atual – em que o empobrecimento populacional e uma piora expressiva nas condições de vida e de trabalho atravessam o mundo e se ratificam assustadoramente também nas chamadas economias desenvolvidas, a exemplo do que se verifica na Europa e Estados Unidos. Essa conjuntura, inclusive, dá ensejo a muitas interpretações que advogam a generalização da superexploração para o centro e que, ao fazê-lo, incorrem, a nosso ver, no erro de considerá-la meramente como um superlativo de exploração, desconsiderando que ela é, como aqui defendemos, o elo entre a exploração e as transferências de valor.

Tendo esse horizonte em vista, e a partir dessa breve exposição teórica, o presente trabalho objetiva fazer uma primeira aproximação a algumas das muitas contribuições formuladas para analisar e comprovar os mecanismos de transferência de valor. Nossa argumentação é a de que tais debates reforçam os pontos elencados por Marini e, por isso, corroboram com as teses de que a transferência de valor é uma característica estrutural das economias dependentes. A partir disso, buscaremos tracejar alguns aspectos de sua relação com os mecanismos de superexploração.

2. Considerações acerca da transferência de valor

A partir dos elementos teóricos que apresentamos anteriormente, aqui avançaremos na exposição de um conjunto de elaborações e teses voltadas à compreensão da articulação entre as categorias que compõem nosso par categorial, a saber, transferência de valor e superexploração da força de trabalho. O objetivo é mostrar, a partir de distintos estudos e formas de abordagem, a convergência dessas duas categorias na análise das economias capitalistas periféricas e, a partir disso, poder avançar para análises mais complexas referentes à superexploração.

Ao realizar um debate sobre a forma como os autores clássicos do imperialismo compreendiam os efeitos da difusão do capital a nível mundial sobre países avançados e países subdesenvolvidos (para usar os termos utilizados pelo autor), de antemão Santi (1969, p. 18) aponta:

[Para Hilferding] como para Hobson primero y para Lenin después, exportación de capital, capital financeiro, colonialismo y lucha por la división del mundo son todos fenómenos estrechamente ligados entre sí, de manera que se excluye toda visión optimista acerca de la posibilidad de difusión por via pacífica del capitalismo.

Ao pontuar esse aspecto, Santi indica que, para os autores clássicos do imperialismo⁹ – alguns dos quais serviram de base para a formulação da TMD – já havia um elemento negativo na forma de exportação do capital dos países centrais para outras regiões do mundo. Isso porque era objeto dessa expansão o próprio acionamento de mecanismos de reprodução ampliada do capital – obviamente, a partir da exploração de recursos de outras regiões, fosse através de mecanismos produtivos/comerciais, fosse a partir de mecanismos financeiros (esses especialmente indicados na tese de Hilferding), mas sempre como forma de encontrar resolução para a tendência à queda da taxa de lucro nos países centrais. Ou seja, a relação que se estabelece entre o capitalismo dos países centrais e as regiões subdesenvolvidas é, a princípio, uma relação de exploração – e a linha de argumentação da TMD é a de que essa forma de articulação irá determinar todo o desenvolvimento posterior dessas regiões, resultando naquilo que Marini chamou de capitalismo *sui generis*.

Tratando especificamente das teorias de Hilferding e Bukharin, Santi destaca que a consequência lógica da exportação de capital é a difusão do modo de produção capitalista em todo o mundo e o mecanismo clássico que orienta o movimento do capital é a diferença nas taxas de lucros, por sua vez determinada pelas diferentes composições orgânicas do capital e pelos níveis salariais. A despeito disso, a consequência óbvia desta exportação é a exploração dos países coloniais e “semi-dependentes”, e a transferência de lucros destes aos países exploradores. Por isso, mesmo promovendo algum grau de desenvolvimento, a exploração limita esse desenvolvimento nos países explorados,

⁹ Santi não inclui, obviamente, todos os autores clássicos do imperialismo. Nessa análise, ele considera especialmente as teses de Hobson, Hilferding, Lenin e Bukharin. E, de forma apartada, a tese de Rosa Luxemburgo, para quem, na visão de Santi (1969), a reprodução e acumulação capitalista só poderiam ser operadas a partir da inserção no consumo capitalista de setores não capitalistas, os quais poderiam ser encontrados exatamente nos países ditos atrasados.

impedindo ou fazendo mais difíceis a formação de um mercado interno e freando as possibilidades de acumulação.

Por sua vez, todos esses aspectos estariam coadunados com a análise de Marx (2013) a respeito dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro. Para o autor, essa tendência se expressa também pela presença de influências antagônicas que contrarrestam a ação da lei geral, influências que estão articuladas com as possíveis relações que um país mantém com outros. No conjunto das relações externas, isso poderia se processar em distintas situações: quando o comércio exterior permite o barateamento dos elementos do capital constante e dos meios de subsistência de primeira necessidade nos quais se converte o capital variável, contribuindo para aumentar a cota de lucros; quando um país de maior produtividade investe seu capital num países de produtividade menor, porque o país mais desenvolvido vende suas mercadorias acima de seu valor, ainda que mais barata que os países competidores; ou mesmo quando o capital é exportado a países de composição orgânica inferior e onde os salários são mais baixos e o trabalho mais explorado – que seria o caso da relação entre países centrais e periféricos. Nessa circunstância, a taxa de lucro tenderia a se elevar, seja porque o lucro mais elevado nos países menos desenvolvidos intervém no nivelamento da taxa geral de lucro, seja porque se reduz o excedente do capital no país exportador e, por conseguinte, se obstaculiza a tendência ao aumento da composição orgânica do capital. Assim, a interpretação dos autores clássicos do imperialismo segue a linha proposta por Marx: “el capital se dirige de los países de composición orgánica más alta – y en consecuencia, por lo menos tendencialmente, con una tasa de ganancia más baja – hacia aquellos de composición orgánica inferior (SANTI, 1969, p. 37).

Todo o esboço da discussão realizada por tais autores clássicos, em especial o período no qual defendem haver ocorrido o início da expansão mais aguda da exportação de capitais – na transição do século XIX para o século XX, exatamente o período que demarca o início da fase imperialista do capitalismo – serve de fundamento para mostrar que, também neste mesmo período, começa a operar a deterioração sistemática dos termos de intercâmbio, em favor dos países industrializados. O que o autor mostra é que, na virada do século, a relação entre os preços exportados e importados da Grã-Bretanha – típico país exportador de bens industrializados – tendeu a se elevar, ao passo que o comportamento da relação entre preço de produtos primários e bens industrializados tendeu a cair. De tal modo que, conclui o autor, ao mais valor drenado através de lucros oriundos de investimento de países de maior produtividade em países de menor

produtividade, passou a drenar também aquele oriundo da deterioração dos termos de intercâmbio dos países subdesenvolvidos (SANTI, 1969, p. 50). O que nos leva a entender que a deterioração dos termos de troca, em algum sentido, resulta na transferência de valor dos países periféricos aos países centrais, a qual está determinada não apenas pela estruturas produtivas de cada uma das regiões e os respectivos valores dos bens que produzem, mas também pela complexidade na qual operam os grandes monopólios e na capacidade que possuem de determinar preços de compra e venda de produtos, a partir das posições monopolísticas e monopsonísticas que assumem continuamente em relação aos países periféricos.

Todo o debate pode ser resumido nos pontos que seguem: a maior parte dos investimentos estrangeiros nos países atrasados foi destinada para empréstimos governamentais, transporte e comunicação, e produção de bens primários, muito pouco desse capital tendo sido destinado ao desenvolvimento industrial. Por isso, esse capital contribuía muito escassamente ao desenvolvimento industrial dos países atrasados, que permanecia estancado. Por outro lado, quando esse investimento ocorria, caso geral se dava através de empresas com alto poder de monopólio e concentrada em determinados setores, criando uma estrutura produtiva com setores tecnologicamente muito distintos e heterogêneos. Assim, continuamente e por esses dois caminhos, o desenvolvimento industrial nos países atrasados se tornava cada vez mais atravancado, impedindo uma dinamicidade própria. Dado a falta de dinamicidade, esses setores se tornavam pouco atraentes a novas inversões de capital, de modo que parte do valor produzido nas empresas monopolistas, ao contrário de serem investidos nesses próprios países, eram transferidas aos seus países de origem, onde efetivamente eram acumulados. A essa transferência de valor via lucros também era adicionada a transferência pela via comercial, considerando que essa estrutura produtiva consolidava uma determinada divisão internacional do trabalho, com países centrais ofertando bens industriais (de alta incorporação tecnológica e valor) e países atrasados ofertando bens primários (de baixa incorporação tecnológica e valor), que a sua vez tinha uma dinâmica determinada pela deterioração dos termos de troca, como acima mencionado. Todos esses fatores resultaram na distorção da estrutura econômico-social dos países subdesenvolvidos, a qual favoreceu o avanço dos grandes monopólios, ancorado na exploração dos investimentos externos¹⁰.

¹⁰ Apesar de fazer todas essas elaborações baseadas nas leituras dos clássicos do imperialismo – cujo período de análise era a transição entre os séculos XIX e XX – o autor deixa claro: “la descripción que

A elaboração de Santi, a partir da análise dos escritos de Marx e das teses formuladas pelos autores clássicos do imperialismo, deixa claro que, mesmo antes da proposição da TMD, já havia uma leitura marxiana a respeito da forma como a difusão do capital a nível internacional seria capaz não apenas de determinar uma forma estancada de desenvolvimento do capitalismo em regiões “atrasadas”, mas também, e em decorrência disso, como essa exportação determinou um tipo de inserção dessas regiões na economia internacional que, via de regra, determina a transferência de valores a outras regiões, resultando naquilo que, na seção anterior, chamamos de cisão no ciclo do capital nas economias dependentes.

González (1999) inicia o texto destacando que irá analisar a ideia de superexploração de Marini, a qual descreve uma situação na qual os trabalhadores dos países subdesenvolvidos são mais explorados que os trabalhadores dos países desenvolvidos. Essa maior exploração, por sua vez, se daria em decorrência do intercâmbio desigual e da transferência de valor entre nações com diferentes níveis de produtividade e incorporação tecnológica. Para a autora, esses elementos indicam que a taxa de mais valor nos países subdesenvolvidos é maior que a verificada nos países desenvolvidos¹¹. Assim, para a análise que se propõe a realizar, González se volta para a avaliação da superexploração da força de trabalho através da análise das diferenças da taxa de mais valor, determinadas pelas diferenças nas taxas de produtividade e pelo valor da força de trabalho¹².

O primeiro aspecto observado pela autora é que, caso geral, países de produtividade alta possuem taxa de mais valor baixa (40% dos países analisados), ao passo que países de produtividade mais baixa possuem uma taxa de mais valor mais elevada (40% dos países analisados), além de que a taxa de mais valor mediana nos países

hemos tratado de resumir es válida, al menos dentro de ciertos límites, tanto para la época actual como para la época en la que los marxistas elaboran el concepto de imperialismo” (SANTI, 1969, p. 59).

¹¹ Ainda que a terminologia utilizada pelos autores da TMD seja “países periféricos” e “países centrais”, aqui usamos “desenvolvido” e “subdesenvolvidos” apenas para seguir os mesmos termos utilizados pela autora. Mas ela própria trata de aclarar: “Me permito llamar subdesarrollados a países con capitalismo menos desarrollado. Esto en virtud de que no estoy discutiendo cuál de los conceptos como subdesarrollo, dependencia, periferia, etc. es el mejor para describir las realidades de este tipo de países”. (GONZÁLEZ, 1999, p. 153, nota de rodapé 5).

¹² Aqui, não iremos detalhar a metodologia utilizada pela autora, a qual pode ser diretamente verificada em seu artigo. No entanto, cabe destacar que foram analisados 20 países, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos: Canadá, Dinamarca, Finlândia, Luxemburgo, Noruega, Suécia, Estados Unidos, Alemanha, México, Colômbia, Guatemala, Coréia do Sul, Filipinas, Madagascar, Tanzânia, Zâmbia, Hong Kong, Índia, Panamá e Turquia. Os dados foram retirados de Amsden (1981). Ademais, a autora também admite as limitações de se mensurar a exploração do trabalho via taxa de mais valor, uma vez que tal medida considera que o mais valor produzido em um setor é efetivamente apropriado por ele, desconsiderando, portanto, a possibilidade de transferência de mais valor entre diferentes setores.

de produtividade baixa é duas vezes maior que a dos países de alta produtividade¹³. Por outro lado, ao observar a relação entre taxa de mais valor e produtividade dentro de cada grupo de países (alta produtividade e baixa taxa de mais valor x baixa produtividade e alta taxa de mais valor), é possível perceber que há uma correlação direta entre a produtividade e a taxa de mais valor. Isso conduz à percepção de que as diferenças entre as taxas de mais valor entre países possuem duas regularidades: primeiro, que nos países mais produtivos há taxas de mais valor mais baixas que aquelas verificadas nos países menos produtivos; segundo que dentro de cada grupo de países, quanto maior a produtividade, maior tende a ser a taxa de mais valor.

A avaliação destes países conduz González a concluir que, para o grupo de países subdesenvolvidos (ou com baixa produtividade), há uma taxa de mais valor maior. Em algum sentido, essa afirmação poderia contradizer a tese de Marx, para quem o aumento da produtividade resultaria sempre numa maior taxa de exploração – portanto, tanto maior a produtividade, maior a taxa de mais valor. No entanto, essa conclusão é válida quando se compara países dentro de um mesmo bloco (ou seja, que possuem a mesma produtividade), não sendo válido apenas quando se compara países com diferentes níveis de produtividade. Mas a conclusão é convergente com a análise de Marini, para quem os países centrais aumentam a exploração mediante uma crescente produtividade, enquanto os países dependentes têm uma exploração crescente baseada fundamentalmente no crescimento da extensão e/ou da intensidade da jornada de trabalho, ante o escasso crescimento da produtividade (GONZÁLEZ, 1999, p. 163).

A análise de González traz elementos interessantes no esforço de articulação entre as categorias transferência de valor e superexploração da força de trabalho. As conclusões apresentadas pela autora nos permitem dizer que, dado as condições mais gerais da estrutura produtiva e da forma de organização da sociedade, os países periféricos produzem uma quantidade mais elevada de valor – resultando em sua taxa de mais valor mais elevada – exatamente porque necessitam, de alguma forma, repor um valor que foi produzido, porém não apropriado/acumulado internamente. E tal relação é óbvia: caso o valor resultante da maior taxa de mais valor fosse apropriado e acumulado internamente, haveria um contínuo processo de acumulação de capital que, por sua vez, conduziria a um aumento do nível de produtividade, via desenvolvimento da estrutura produtiva, maior incorporação tecnológica etc. Ou seja, os valores produzidos nestes países seria

¹³ O bloco de países com baixa produtividade está integrado por países subdesenvolvidos, enquanto o bloco de alta produtividade está integrado pelos países desenvolvidos.

neles mesmo acumulado, permitindo algum nível de avanço mais intenso de sua produtividade. No entanto, o que se observa é exatamente o contrário: as taxas de mais valor mais elevadas se encontram nos países de menor nível de produtividade.

Essa conclusão fica ainda mais evidente quando tratada de forma conjunta à análise apresentada anteriormente: as articulações promovidas pela difusão do capital a nível internacional, no período de avanço do imperialismo, vão determinar uma forma de relação entre países centrais e periféricos de modo a que os capitais dos primeiros são exportados para os segundos no sentido de explorá-los, produzindo valores que, via mecanismos comerciais e/ou financeiro, são ininterruptamente transferidos aos países de origem, para ali serem apropriados e acumulados. Uma vez que essa transferência promove a cisão do ciclo do capital nas economias dependentes – dado a sua não apropriação e acumulação internas –, elas precisam lançar mão de mecanismos para ampliar a produção do mais valor, no sentido de compensar ditas transferências. E, como não podem fazer isso a nível das relações comerciais internacionais, nem tampouco a nível do aumento de sua produtividade, o fazem através dos mecanismos da extensão da jornada e da intensificação do trabalho. A maior taxa de mais valor, então, seria a forma de manifestação da superexploração do trabalho – uma vez que ela pode ser usada como indicador da exploração do trabalho, como apontado por Martínez –, ocasionada em virtude das transferências de valor dos países periféricos aos países centrais e da consequente cisão no ciclo do capital.

Carcanholo (2017) destaca que o intercâmbio desigual é exatamente um dos aspectos estruturais que caracterizam a economia dependente. Segundo o autor,

[...] la situación dependiente se caracteriza porque una parte del (plus)valor producido en esa economía no es apropiado en ella, sino en las economías centrales, y pasa a pertenecer, por tanto, a la dinámica de acumulación de capitales de éstas, y no de las primeras. El proceso de transferencia del (plus)valor se conoció en la discusión de los años 60 del siglo pasado como *intercambio desigual* (CARCANHOLO, 2017, pp. 77-78).

Para o autor, Marini tratou especificamente de dois mecanismos através dos quais ocorreria o intercâmbio desigual, no plano do comércio internacional. O primeiro, em um nível de abstração mais elevado, considera capitais com diferentes níveis de produtividade. Como as mercadorias são vendidas pelo seu valor de mercado (o valor social), os capitais com produtividade acima da média venderiam seus produtos pelo valor de mercado, apropriando-se de um mais valor acima daqueles que eles mesmos

produziram – ou seja, um mais valor extraordinário. Assim, economias cujos capitais possuem produtividade abaixo da média mundial tenderiam a produzir mais mais valor do que aquele que elas realmente se apropriam. O segundo mecanismo, em um nível de abstração menor, ocorreria quando consideramos a concorrência entre distintos setores de produção, dentro do que Marx teria chamado de *formação dos preços de produção e da taxa média de lucro*, quando aparece um lucro extraordinário para os setores que produzem com maior produtividade em relação à média da economia. Nessa situação, é possível demonstrar que setores que produzem suas mercadorias específicas com composição orgânica do capital acima da média obterão um preço de produção de mercado maior que os valores de mercado que produziram e, portanto, venderão suas mercadorias por um preço que lhes permite se apropriar de mais mais valor do que efetivamente produziram. Nesse caso, o contrário ocorreria com os setores que produzem suas mercadorias com produtividade abaixo da média da economia total.

Mas, para Carcanholo, havia ainda um terceiro mecanismos, para além dos descritos por Marini, e que estaria relacionado com o poder de monopólio exercido pelos capitais que atuam nas economias centrais. Para o autor, quando determinados capitais possuem um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, isso os permite manter, por um tempo, preços de mercado acima dos preços de produção. Como os preços de mercado estariam acima dos preços de produção, para além das oscilações conjunturais, esses capitais poderiam se apropriar de um lucro efetivo mais elevado que a média e, da mesma forma, uma massa de valor acima daquela efetivamente produzida por eles.

Sem entrar em uma possível hierarquização destes mecanismos – mesmo porque Marini indica que eles, caso geral, operam de maneira conjunta – chamamos atenção especial para o terceiro mecanismo, para a análise que aqui pretendemos fazer. Quando consideramos o processo de industrialização nos países latino-americanos – que ocorreu para a maior parte dos países, gradualmente, ao longo da primeira metade do século XX – percebemos que esse processo foi efetivado a partir de duas frentes: organização de empresas estatais, muitas das quais financiadas com capital externo; e a implantação de empresas transnacionais nesses países. O fato é que esse processo ocorre de forma conjunta ao processo de expansão e consolidação do capitalismo monopolista, ou seja, parte relevante dessas transnacionais que aqui se instalaram o fizeram já dentro de esquemas produtivos típicos do capitalismo monopolista, com alta centralização e concentração de capital, e poder de mercado. Ora, são exatamente essas empresas que implementam o terceiro tipo de mecanismo indicado pelo autor, que para além de resultar

na apropriação de um valor não produzido pelo próprio capital, será enviado e acumulado, via transferência de lucros, para os países de origem. Tudo isso para dizermos que, se são esses mecanismos indicados como característicos do processo de dependência, e os mesmos são implementados quando do processo de industrialização das economias latino-americanas, podemos chegar a duas conclusões: a primeira, que o processo de industrialização foi organizado dentro de relações de dependência; e o segundo, que essa relação inequivocamente ocasiona transferência de valores destes países aos países de origem do capital que neles passam a operar.

A despeito deste destaque, o fundamental é que todos os mecanismos operam em conjunto, e é isso que determinará a articulação entre a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho, entendendo o segundo como mecanismo de compensação do primeiro.

Lo específico del capitalismo dependiente es que, para enfrentar la transferencia de valores, (...) no tiene la alternativa de elevar la productividad, frenando dicha transferencia. Eso tiene que ver con varias cuestiones, pero una de ellas, clave, es que la dependencia, entre otras cosas, es, sobre todo, dependencia tecnológica. El significado de esto es que el desarrollo de las fuerzas productivas, en términos medios, tiende a ser inferior en las economías dependientes, reforzando el mecanismo de transferencia de valor. Esto no significa que las economías dependientes no puedan elevar sus productividades, pero si lo hacen, puede ser que a menor ritmo que la media de las economías centrales. (...) De esta forma, las economías dependientes, para desarrollarse de forma capitalista, se ven obligadas por la especificidad de su inserción en la división internacional del trabajo a superexplotar el trabajo en sus procesos productivos, entendiendo por esto la categoría tal como es formulada por la teoría marxista de la dependencia (CARCANHOLO, 2017, pp. 85-86).

Esses aspectos encaminham para a identificação daqueles que, para o autor, seriam então os condicionantes histórico-estruturais da dependência: i) a deterioração dos termos de troca, através da redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes frente aos produtos exportados pelos países centrais, que por si só já ocasiona o processo de transferência de valores; ii) a remessa de excedentes dos países dependentes aos avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pelo fato dos primeiros importarem capital dos últimos e; iii) a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, implicando em elevadas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes, colocando estes à mercê do ciclo de liquidez internacional (CARCANHOLO, 2005). Todos eles, a sua vez, resultando nos mecanismos da superexploração da força de trabalho.

Referências bibliográficas

AMARAL, M. S. (2012). **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/>.

AMARAL, M. S. (2022). Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: novas reflexões sobre velhas controvérsias. In: MOREIRA, R. C.; MENDONÇA, L. J. V. P. (Org.). **Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular.

AMSDEN, A. H. (1981). **An international comparison of the rate of surplus value in manufacturing industry**. Cambridge Journal of Economics, 5, p. 229-249.

BAMBIRRA, V. (1978). **La teoría de la dependencia: una anticrítica**. Mexico: Ediciones Era. Disponível em:
<https://sociologiadeldesarrollo.files.wordpress.com/2014/11/104250818-teoria-de-la-dependencia-una-anticritica-vania-bambirra.pdf>

BAMBIRRA, V. (2012). **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: IELA/Insular. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Gouvêa.

CARCANHOLO, M. D. (2017). **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis – Una interpretación desde Marx**. Madrid: Maia Ediciones.

CARCANHOLO, M. D. (2005). **Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico**. Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização. 8 a 13 de outubro de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em:
https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp06.pdf?origin=publication_detail

CEPAL (1969). **Estudio Económico de América Latina**. Nova Iorque: Nações Unidas.

CORRÊA, H. F.; CARCANHOLO, M. D. (2016). **Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, número 44, p. 10-30.

DUARTE, P. H. E. (2021). **Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini**. Revista Nova Economia, v.31 n.1 p.131-156.

GONZÁLEZ, B. G. M. (1999). **Algunas evidencias de la superexplotación en los países subdesarrollados. Actualidad del pensamiento de Marini**. Investigación económica, vol. LIX, octubre-diciembre, p. 149-168.

LUCE, M. S. (2018). **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular.

MARINI, R. M. (2000). Dialética da dependência. In: SADER, E. (org.). **Dialética da Dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Editora Vozes.

MARINI, R. M. (2000a). As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra). In: SADER, E. **Dialética da Dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Editora Vozes.

MARX, K. (2013). **O Capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo.

NASCIMENTO, C.; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. (2015). **Teoria da exploração e da superexploração do trabalho em O Capital (livro I) de Marx**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, número 40, p. 106-131.

NASCIMENTO, C.; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. (2016). **O Capital: Um drama para ser lido, relido... e ouvido**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, número 44, p. 32-44.

SANTI, P. (1969). El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo. In: SANTI, P.; VALLER, J.; BANFI, R.; ALAVI, H. **Teoría marxista del imperialismo**. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente.

SANTOS, T. (1978). **Socialismo o facismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano**. México: Edicol.

SERRA, J.; CARDOSO, F. H. (1979). **As desventuras da dialética da dependência**. Estudos Cebrap, São Paulo, n. 23, p. 33-80.